

NOTÍCIA ITINERÁRIOS URBANOS COMO PRÁTICA PATRIMONIAL NO CPC: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE 2015

GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL. Arquiteto e urbanista pela FAU-USP (2012), ocupa o cargo de Especialista em Laboratório no Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), na área de Referências Culturais e Memória. Mestrando pela FAU-USP junto ao Núcleo de Estudos da Paisagem, no qual explora as diversas manifestações discursivas da ideia de 'ambiente; na arquitetura e urbanismo nos anos 1960 e 1970. E-mail: gaf.arq@usp.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p173-185>

Os Itinerários Urbanos constituem um programa em implantação pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) voltado à fruição e problematização de bens culturais no espaço urbano, em suas dimensões materiais e imateriais, oficialmente reconhecidos ou não. Trata-se de iniciativa da equipe educativa do CPC (coordenada pela educadora Maria del Carmen Hermida Martinez Ruiz) em parceria com o eixo “Referências culturais e memória”, cujos trabalhos são desenvolvidos por este autor. O programa se articula ao conjunto ampliado de ações de cultura e extensão universitária desenvolvidas pelo CPC desde 2004, quando sua sede foi transferida para a Casa de Dona Yayá, imóvel tombado localizado no plural bairro do Bixiga (no distrito da Bela Vista, no Centro de São Paulo) — momento em que a vocação extensionista do órgão se ampliou na medida em que ele se inseriu em um contexto urbano com uma já intensa e consolidada movimentação cultural.

Apresentamos neste trabalho um breve relato da experiência de implantação dos itinerários em 2015, acompanhada de algumas reflexões a respeito dos potenciais, limites e problemas do ato de caminhar como experiência inserida no processo de patrimonialização de bens culturais. Argumentamos, enfim, pela constituição de práticas de fruição de tais bens no espaço urbano que transcendam os limites próprios

dos tradicionais roteiros turísticos guiados, em busca de itinerários que possibilitem a formação daquilo que Jorge Larossa chamaria de um “saber de experiência” (2002), para além da mera informação e explicação de objetos e conteúdos.

1 DO ROTEIRO COMO INSTRUMENTO DE DIFUSÃO PATRIMONIAL À CAMINHADA COMO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

A realização de roteiros guiados conectando bens culturais isolados parece prática recorrente no meio preservacionista como instrumento de difusão e valorização do patrimônio cultural — trata-se, por exemplo, de um dos elementos presentes na metodologia sugerida pelo *Guia básico de educação patrimonial* do Iphan (publicado em 1999 a partir de práticas promovidas pelo menos desde a década de 1980 no contexto do Museu Imperial de Petrópolis). Já naquele momento, por exemplo, a realização de roteiros era lida a partir de uma chave crítica, pela qual se revelava necessário associá-los a processos mais amplos de observação, contextualização e discussão dos bens a eles vinculados. Trata-se de material considerado pioneiro no campo da educação e da difusão do patrimônio: aos roteiros associavam-se ações de reconhecimento, interação e apropriação dos bens. Levando-se em conta, por outro lado, a crítica contemporânea às práticas sugeridas pelo *Guia* — considerado de forma quase unânime por autores diversos¹ como um problemático manual de realização de ações fundamentalmente antidialógicas, cujos resultados poderiam se aproximar daquilo que Paulo Freire chamaria de “invasão cultural” (2002) —, é preciso destacar o quanto a aplicação de tais roteiros não se resume à valorização de objetos patrimonializados na perspectiva tecnocrática e elitista que tradicionalmente caracteriza as práticas de preservação.

Apesar do avanço dos estudos sobre o tema, porém, não é ainda incomum a realização de roteiros guiados que sequer incorporaram as reflexões sintetizadas pelo próprio *Guia* — e que, portanto, desconhecem mesmo as críticas mais recentes a toda essa trajetória. É como se as

1. Conferir, por exemplo, Chagas (2013), Scifoni (2012), Siviero (2015) e Fernandes (2014).

próprias propostas do *Guia* (já consideradas obsoletas e problemáticas, mas ainda assim um pouco mais sofisticadas que os roteiros guiados tradicionais) constituíssem parâmetros melhores do que aqueles usualmente mobilizados. Experiências positivas e que apontam para soluções criativas e interessantes (como o programa “Sentidos urbanos”, de Ouro Preto) revelam-se excepcionais, enquanto a realização de caminhadas meramente informativas continua em vigor.

A realização de itinerários por parte do CPC, neste sentido, procurou não só incorporar as críticas já consolidadas tanto à educação patrimonial pregada pelo *Guia básico* do Iphan como à realização de roteiros turísticos tradicionais (limitados à mera transmissão de informações sobre bens culturais, de forma não muito diversa daquela associada à “educação bancária” crítica da por Paulo Freire). Afastando-se dos debates restritos ao campo patrimonial, buscamos aproximação com uma tradição crítica um tanto quando dispersa mas presente em um pequeno número de intelectuais e artistas que, para além do foco em bens isolados, discutem o ato de caminhar como uma experiência estética relevante, complexa e reveladora.

Com efeito, é no campo das artes plásticas que esta discussão parece ter se desenvolvido de forma mais sofisticada: são várias as experiências performáticas, *happenings*, instalações e outras práticas poéticas desenvolvidas no espaço urbano que dialogam diretamente com a temática da fruição urbana de bens culturais, lidando com ela de forma menos didatizante e escolarizada e mais dialógica que aquelas limitadas ao campo do patrimônio. Neste sentido, vivemos na prática essa constatação no CPC quando da realização da oficina-intervenção “Trafegar pelos rios do Bixiga”, realizada em 2013 em parceria com o coletivo de artistas “Mapa Xilográfico”. Durante a realização da intervenção², percebeu-se que a mera presença lúdica dos sujeitos no espaço urbano, resignificando-o por meio de uma ação poética performática, permitia a construção de sentidos e saberes sobre aquele espaço, percebido efetivamente como bem cultural.

2. Para um relato mais detalhado do processo, conferir Fernandes, 2014.

Explorando a temática, identificamos uma trajetória de “práticas deambulatórias” ao longo do século XX que exploram as potencialidades lúdicas, poéticas e cognitivas do mero ato de caminhar. Tais práticas partilham certas características, como o livre perder-se pelo espaço e a recusa às formas automatizadas de movimentação. Neste sentido, a figura mítica do *flâneur* baudelaireano costuma ser evocada como um antecedente comum. Destaquem-se, entre tais práticas, aquelas ligadas à teoria da deriva situacionista e sua proposta de construção de uma psicogeografia (marcada, por exemplo, pela celebre construção de um mapa psicogeográfico de Paris, antítese do guia turístico racionalmente organizado e orientado pelo espetáculo) ou, em um sentido oposto, as reflexões de Michel de Certeau a respeito da “retórica da caminhada”, para quem a “arte de moldar frases tem como equivalente uma arte de moldar percursos” (2012). Se para os situacionistas a deriva constituía a transgressão máxima possível aos mecanismos cotidianos de exploração — na medida em que recusava os percursos automáticos programados pela estrutura capitalista no espaço urbano —, para Certeau é justamente nesses percursos automaticamente programados que se encontram não revelados os potenciais de transgressão, na medida em que cada caminhada constitui uma experiência única marcada por uma tática e por uma retórica própria. Independente da orientação, porém, é pelo mero ato de caminhar que novas realidades urbanas se desenham.

As experiências posteriores de deambulação de artistas como Robert Smithson, Francis Alÿs e Paulo Nazareth também constituíram referências importantes. Smithson, em particular, nos fornece provocativas contribuições ao estudo dos bens culturais, quando de sua incursão pelos “monumentos” da pacata cidadezinha de Passaic, nos arredores de Nova Jérsei. Para Smithson, os monumentos de Passaic — obras de infraestrutura, estacionamentos, pontes e outros elementos do cotidiano suburbano — constituem algo como “ruínas do futuro”, um conjunto monumental próprio de uma Roma adequada aos tempos contemporâneos. Já Alÿs leva a prática da livre deambulação às últimas consequências, por meio de instrumentos poéticos de captura dos expurgos da cidade: o artista caminha com calçados imantados (ou acompanhado de um “cachorrinho” de brinquedo contendo um ímã em seu interior), reunindo ao longo de seu percurso todos os metais descartados pelo cotidiano urbano.

Finalmente, os estudos de Careri (2014) e de seu grupo Stalker em Roma talvez sejam os que mais avançaram no sentido de explorar o ato da caminhada como um processo revelador do espaço urbano. Apostando plenamente na possibilidade de perder-se pela realidade urbana, em um total processo de imersão ao conjunto de práticas e objetos que caracterizam o espaço da cidade, o autor busca na livre deambulação um contato tanto com o outro quanto um estranhamento consigo mesmo. O autor também reconstitui a trajetória crítica de estudos e proposições sobre a caminhada, reunindo do *flâneur* à teoria da deriva, passando por Smithson e por toda a *land art*. Segundo o autor (p. 51):

O caminhar, mesmo não sendo a construção física de um espaço, implica uma transformação do lugar e de seus significados. A presença física do homem num espaço não mapeado — e o variar das percepções que daí ele recebe ao atravessá-lo — é uma forma de transformação da paisagem que, embora não deixe sinais tangíveis, modifica culturalmente o significado do espaço e, conseqüentemente, o e espaço em si, transformando-o em lugar. O caminhar produz lugares.

Este conjunto ampliado de reflexões sobre a caminhada urbana, agora reaproximando-nos do campo mais restrito do patrimônio cultural, permite, em última instância, um contato mais profundo não com as concepções tradicionais ligadas à ultrapassada noção de “patrimônio histórico”, marcada por seus monumentos/documentos isolados ou, quando muito, lidos como manchas urbanas supostamente homogêneas, mas a um rejuvenescido campo mais plural de referências culturais cotidianamente praticadas na cidade. Tais reflexões permitem inclusive vislumbrar possibilidades de fruição do patrimônio que ultrapassem a problemática cisão entre as dimensões material e imaterial consagradas pelas categorias institucionalizadas de preservação. Tendo em perspectiva este repertório crítico, portanto, colocamo-nos o desafio de construir itinerários abertos à contingência característica da vida urbana cotidiana, a seus fazeres e saberes espontâneos e não institucionalizados, às práticas peculiares a cada local, aos lugares marcados pelas mais variadas relações de afeto com diferentes sujeitos. Ou, como coloca

Michel de Certeau e sua equipe, buscamos propiciar as condições para a realização de experiências que desafiem nossas “rústicas” categorias intelectuais (1998: 342):

(...) nossas categorias de saber ainda são muito rústicas e nossos modelos de análise por demais elaborados para permitir-nos imaginar a incrível abundância inventiva das práticas cotidianas. É lastimável constatar-lo: quanto nos falta ainda compreender dos inúmeros artifícios dos “obscuros heróis” do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros, leitores e sonhadores, pessoas obscuras das cozinhas. Como tudo isso é admirável!

2 ITINERÁRIOS REALIZADOS EM 2015

O programa de itinerários urbanos do CPC buscou alvejar um duplo objetivo: de um lado, explorar as potencialidades lúdicas, educativas e poéticas do ato de caminhar a partir das perspectivas sugeridas pelo repertório de experiências acima traçado. De outro, procurou também cumprir um papel próprio da extensão universitária, voltado à extroversão dos conteúdos de pesquisa e do conhecimento produzido no interior da universidade — e, no caso, especificamente aqueles relacionados ao espaço urbano.

Neste sentido, no primeiro semestre foram promovidas quatro edições do itinerário “Caminhando pelo Bixiga”, no qual se tentou alcançar o primeiro objetivo, através das contribuições e reflexões dos estudos elencados na seção anterior deste trabalho. Já no segundo semestre, o segundo objetivo foi alcançado por meio do convite a jovens pesquisadores da Universidade de São Paulo, cujas pesquisas foram transformadas em roteiros urbanos formatados de um modo mais tradicional. Finalmente, no fim do ano foi promovida uma nova edição da já citada oficina-intervenção “Trafegar pelos rios do Bixiga”, originalmente promovida em 2013. Desta forma, pudemos testar a aplicação de diferentes metodologias e abordagens, ora mais tradicionais, ora mais experimentais.

Em síntese, os itinerários promovidos distribuíram-se da seguinte forma:

1º semestre	"Caminhando pelo Bixiga" Ministrantes: equipe CPC Datas: realizado nos meses de março, abril, maio e junho, no último domingo de cada mês
2º semestre	Itinerários "Bixiga. Território negro" Ministrante: Ms. Renata Siqueira Datas: Duas edições em agosto e uma em dezembro Itinerários "Vestígios da modernidade" 1. Praça da Bandeira Ministrante: Gustavo Marques dos Santos 2. Ibirapuera Ministrante: Karoline Andrade Barros Data: setembro Reedição da oficina-intervenção "Trafegar pelos rios do Bixiga" Ministrantes: Coletivo Mapa Xilográfico e Bloco Fluvial do Peixe Seco Data: novembro

2.1 Caminhando pelo Bixiga

Mais do que explorar o plural, fragmentado e culturalmente intenso bairro do Bixiga, a intenção deste itinerário era explorar o potencial da caminhada como instrumento de descoberta, de autoexposição e de exploração do urbano, de suas práticas e fenômenos. Neste sentido, mais do que identificar monumentos ou documentos urbanos, tratava-se de constituir uma experiência coletiva partilhada de fruição da cidade. Em outras palavras, procuramos com esta atividade sugerir aos participantes que, mais do que tomar o bairro do Bixiga em perspectiva espetacular, ultrapassar a posição do espectador distanciado e abrir-se à contingência e à imprevisibilidade da vida urbana. Como sugere Larossa (2002: 24):

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Cada itinerários era dividido em três momentos:

1. Apresentação do grupo: nas dependências da Casa de Dona Yayá, todos os participantes apresentam-se e trocam relatos de suas próprias experiências nas cidades por onde passaram, indicando lugares de memória e de afeto relevantes em suas trajetórias. Em seguida, a equipe do CPC media uma breve discussão sobre os potenciais do ato da caminhada e sugere formas de registro da experiência individual e coletiva que será conduzida em seguida.
2. Caminhada coletiva silenciosa: saindo da Casa de Dona Yayá, o grupo, conduzido pela equipe do CPC, realiza uma breve caminhada — lenta e silenciosa — pelos arredores, ao longo da qual diferentes fragmentos da cidade podem ser captados. A sugestão de um ritmo lento, constante, silencioso e sem paradas é proposital nesse momento. Após este primeiro percurso, o grupo para em um dos pontos do bairro que podem ser usados como mirante: neste momento faz-se uma breve discussão do que foi visto e sentido até o momento e se sugere uma livre deambulação pelos arredores. Os participantes são estimulados a explorar tanto os lugares pelos quais passaram quanto todos os outros existentes na região.
3. Síntese gráfica: o grupo retorna à Casa de Dona Yayá e produz uma espécie de cartografia afetiva coletiva de sua experiência no bairro, a qual serve de gatilho para novas reflexões sobre o lugar, a caminhada e o conhecimento mobilizado.

FIGURA 1

Momentos de produção da síntese gráfica da caminhada, após a realização dos percursos coletivos e individuais. Fonte: Acervo CPC.



2.2 Itinerários temáticos

No segundo semestre, pesquisadores externos ao CPC foram convidados para ministrar itinerários relacionados a seus temas de investigação acadêmica. Neste momento foi sugerido um formato mais tradicional de roteiro guiado, o que nos permitiu comparar as abordagens, bem como os méritos e limites de cada uma.

Em agosto, como atividade paralela ao evento “Os negros nas cidades brasileiras” a pesquisadora Renata Siqueira promoveu o itinerário “Bixiga: território negro”, ao longo do qual verificaram-se as marcas, vestígios, apagamentos, presenças e ausências promovidas pela população negra na região hoje conhecida como Bixiga. Apesar de ser tradicionalmente representado como bairro formado a partir da imigração italiana, o Bixiga constituiu-se sobre um território originalmente ocupado por ex-escravos, principalmente nas áreas de várzea. Além do famoso quilombo urbano da Saracura, o bairro reúne ainda uma série de outros lugares de memória relevantes para a população negra, como os espaços apropriados pela Pastoral Negra da Igreja de N. Sr.^a de Achiropita, pelos vários grupos de capoeira atuantes na região, locais voltados à prática do candomblé e da umbanda, entre outros, assim como vestígios e marcas do apagamento da presença negra na região, como antigos cortiços demolidos ao longo do processo de urbanização. Por conta do interesse verificado pelo percurso, nova edição foi promovida em dezembro, no contexto da Jornada do Patrimônio do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo.

Em setembro o CPC mais uma vez efetivou sua já consolidada parceria com o Grupo de Pesquisa Lugares de Memória e Consciência³ por meio da realização de dois itinerários relacionados aos projetos inconclusos, presenças e ausências em dois espaços significativos do processo de urbanização da cidade de São Paulo: primeiramente na região do Vale do Anhangabaú e Praça da Bandeira, promovido pelo graduando Gustavo Marques dos Santos e em seguida nos arredores do Parque do Ibirapuera, em itinerário promovido pela graduanda Karoline Andrade Barros.

3. Grupo de pesquisa registrado no CNPq coordenado pelos professores Renato Cymbalista e Simone Scifoni, com o qual o CPC vem desenvolvendo uma série de atividades conjuntas (seminários, cursos e oficinas).

FIGURA 2

Itinerário "Bixiga:
Território negro".
Fonte: Acervo CPC.



Ambos os roteiros foram resultado de rigorosas e aprofundadas pesquisas de iniciação científica cujos resultados revelaram uma série de vestígios materiais, afetivos e documentais de variados projetos urbanos nunca concluídos para cada um dos espaços explorados.

Finalmente, no fim do ano, foi novamente promovido o itinerário "Trafegar pelos rios do Bixiga", originalmente mediado pelo Coletivo Mapa Xilográfico em 2013. Por meio da construção de um "barquinho sobre rodas", os rios do Bixiga foram celebrados, comemorados e ressignificados por meio de uma intervenção lúdica: o barquinho "navegou" pelos rios cobertos de asfalto. Em 2015, o itinerário foi promovido pelo Bloco Fluvial do Peixe Seco, coletivo cultural formado pelos participantes da oficina realizada em 2013.

3 AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS

O CPC pretende consolidar a prática dos itinerários como atividade permanente, corrigindo eventuais falhas. Apesar de se constituir ainda de trabalho incipiente, a experiência de um ano desenvolvida até aqui permite-nos discutir já alguns dos problemas relacionados ao programa.

Em primeiro lugar, destaque-se a necessidade de uma elaboração crítica mais bem desenvolvida a respeito do quanto tal atividade permite aos participantes uma autorreflexão de seu próprio estranhamento a respeito da cidade de modo geral e do *outro* em particular. Desde o início dos

trabalhos procuramos evitar qualquer forma de “vitrinização” do espaço urbano e de seus personagens: o respeito ao espaço do outro e a suas práticas sempre foi um dos princípios que procuraram guiar o desenvolvimento dos roteiros. No entanto, o risco de “musealização” da cidade (no pior sentido que a palavra possui) e das pessoas é grande, à medida que se percorrem territórios novos. Percebeu-se em alguns momentos, aliás, até mesmo um desejo por parte de alguns dos participantes em participar de um *tour* “seguro” por territórios considerados por eles “perigosos”.

Em segundo lugar, a possibilidade de comparar diferentes formatos (alguns mais tradicionais, outros mais experimentais) permitiu verificar as expectativas, desejos e recepção do público. A disposição do público para participar das atividades que exigiam deles maior envolvimento e iniciativa era evidentemente menor: muitos procuravam itinerários turísticos tradicionais, pelos quais a experiência do lugar fica limitada à mediação do guia. Por outro lado, percebeu-se ao longo do primeiro semestre (durante o qual se realizaram os itinerários com formato mais experimental) um aumento lento, mas gradativo, do interesse pelo envolvimento e participação nas atividades, por meio de respostas mais interessadas às proposições de nossa equipe.

Com relação ao segundo semestre, durante o qual se promoveram os itinerários temáticos com formato mais tradicional — e para nossa surpresa — alguns dos recortes temáticos ligados à história urbana de São Paulo revelaram muito pouco interesse. Já os itinerários sobre a presença negra no bairro do Bixiga atraíram um público significativo (o que poderia sugerir um interesse renovado por questões ligadas à memória e consciência dos grupos historicamente marginalizados na cidade, bem como a necessidade do CPC atender de forma mais sistemática essa demanda social).

Para os fins de um relato de uma experiência em andamento, estes breves comentários bastam para oferecer um panorama dos problemas que vimos encontrando na implantação do programa de Itinerários urbanos. Fica desde já registrada, no entanto, a potencialidade igualmente lúdica e cognitiva que o ato da caminhada urbana possui, pela qual interessa ao CPC continuar a promovê-la.

REFERÊNCIAS

BONDÍA, Jorge Larossa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista brasileira de educação*, n. 19, 2002.

CARERI, Francesco. *Walkscapes*. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano. 2 — Morar, cozinhar*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *3º Caderno temático de educação patrimonial*. Educação, memórias e identidades. João Pessoa: Casa do Patrimônio; Iphan, 2013.

FERNANDES, Gabriel de Andrade. Educação e memória na Casa de Dona Yayá: relato da oficina-intervenção “Trafegar pelos rios do Bixiga”. *Revista CPC*, n. 17, 2014. Disponível em : < <http://revistas.usp.br/cpc/article/view/69158>>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Notas sobre o IV Fórum Mestres e Conselheiros — “Os desafios da educação patrimonial.” *Revista CPC*, n. 18, 2014.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: *2º Caderno temático de educação patrimonial*. Reflexões e práticas. João Pessoa: Casa do Patrimônio; Iphan, 2012.

SMITHSON, Robert. Um passeio pelos monumentos de Passaic. *Revista Espaço e debates*, n. 43–44, p. 120–128, jan/dez. 2003.

SIVIERO, Fernando. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. *Revista CPC*, n. 19, 2015. Disponível em: < <http://revistas.usp.br/cpc/article/view/90786>>. Acesso em: jun. 2016.